



Parecer Jurídico

Projeto de Resolução nº 01/2025
Origem: Poder Legislativo Municipal

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 01/2025, de iniciativa do Poder legislativo Municipal, trata sobre a obrigatoriedade de publicação de currículos dos agentes políticos e ocupantes de cargos comissionados, conforme a ementa alhures.

Ao compulsar o projeto, verifica-se que o intuito do Edil Rodrigo Vargas, é reforçar os princípios da transparência e publicidade, inerente à Administração Pública.

É, no que importa, o sucinto relatório.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA MATÉRIA, COMPETÊNCIA E INICIATIVA

Trata-se de parecer jurídico acerca da juridicidade do Projeto de Resolução nº 01/2025, apresentado pelo Poder Legislativo de São Bento do Sul, cuja pretensão é tornar público o currículo dos agentes políticos e dos servidores ocupantes de cargos comissionados da do Poder Legislativo.

A proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse privativo da Câmara de Vereadores, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante e, nos termos do artigo 158, inciso II do Regimento Interno, reservando-se ao Plenário a análise do mérito do Projeto, quanto à sua conveniência, oportunidade e interesse público.

A matéria em apreço está atrelada aos princípios da publicidade, moralidade e eficiência administrativa, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e ao direito fundamental de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da mesma Carta Magna, porquanto legitimando iniciativa da proposta.

Sob o aspecto formal, verifica-se que o projeto se pauta em transparência e aprimoramento do direito de informação, matéria de interesse local, nos termos do art. 5º, inciso XXXIII c/c art. 30, inciso I, ambos da Constituição Federal de 1988.

Sob o prisma material, mister salientar que a divulgação dos currículos dos servidores comissionados e dos agentes políticos, não configura afronta ao direito à privacidade, uma vez que as informações divulgadas se restringem ao nome completo, cargo ocupado, formação acadêmica e experiência profissional, dados estritamente relacionados à qualificação para o exercício da função pública.



Tais elementos já constam de atos públicos de nomeação, estando em consonância com o princípio da publicidade e a transparência administrativa.

Desta feita, o projeto de resolução está estruturado de maneira adequada, apresentando um objeto claramente definido, especificando quais informações devem ser tornadas públicas, o meio oficial de divulgação e o prazo para disponibilização dos dados.

A proposição também prevê expressamente sua vigência, em conformidade com o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 95/1998, que estabelece normas para a elaboração, redação e alteração das leis, garantindo clareza e precisão em seu conteúdo.

Logo, a proposta atende aos requisitos legais, assegurando a transparência das informações públicas sem ferir princípios constitucionais ou gerar incompatibilidades com o ordenamento jurídico vigente.

Assim, por não haver óbices, o projeto deve seguir sua tramitação.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, com fundamento nas argumentações, legislações e posicionamentos colacionados ao presente parecer, do ponto de vista constitucional formal e material, jurídico e da boa técnica legislativa, a Assessoria Jurídica posiciona-se pela **viabilidade** técnica do projeto de Resolução n.º 01/2025, não havendo óbice quanto a sua tramitação.

E por derradeiro, reforço que a emissão do presente parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, haja vista que estas são compostas por representantes do povo e constituem-se em manifestação legítima do Parlamento. Sendo assim, a opinião jurídica deste parecer não possui força vinculativa, podendo ser utilizada, ou não, pelos membros desta Casa de Leis.

É o parecer, S.M.J.

São Bento do Sul, 27 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br DIEGO VARELA DE JESUS
Data: 27/03/2025 11:47:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diego Varela de Jesus
OAB/SC 67.943-A
OAB/PR 101.296
Assessor Jurídico